

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DA GEOGRAFIA NO BRASIL - SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO RIO GRANDE DO SUL

Aldomar Arnaldo Rückert

Boletim Gaúcho de Geografia, 22: 17 - 26, março, 1997.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38360/25639>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - março, 1997

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O PAPEL SOCIAL E POLÍTICO DA GEOGRAFIA NO BRASIL – SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO RIO GRANDE DO SUL

Aldomar A. Rückert *

Neste texto, apresenta-se uma visão ampla sobre o papel social e político da Geografia na sociedade brasileira, com algumas interfaces voltadas para o Rio Grande do Sul, no que diz respeito à necessidade de resgatar-se a história do pensamento geográfico neste estado.

A questão é tratada ao longo da história do país, procurando-se relacionar a atuação da Geografia com o Estado Brasileiro e com a sociedade. Para tanto aborda-se: 1) o embrião da Geografia no país e a atuação dos não geógrafos (cronistas, naturalistas, engenheiros, militares e viajantes) nos períodos Colonial e Imperial / Primeira República; 2) o período moderno, quando a Geografia emerge como ciência, no Brasil, com a emergência dos cursos superiores de Geografia, do IBGE e da AGB; 3) o período moderno recente, quando da emergência da Geografia Pragmática sob o Estado Militar; da renovação política da sociedade brasileira e da abertura da Geografia para a sociedade civil.

O texto destina-se, basicamente, aos estudantes de Geografia. Trata-se de uma apresentação quase que didática dos principais pontos que julgo relevantes para uma visão ampla e processual do papel da Geografia no país. Inseri em algumas passagens esboços sobre a história e o papel da Geografia no Rio Grande do Sul. Algumas indicações, no entanto, podem servir de pontos de pesquisa na temática da história do pensamento geográfico no Rio Grande do Sul.

O embrião da Geografia como ciência no país: os não-geógrafos nos períodos Colonial e Imperial / Primeira República – ANDRADE (1994, p.IV) propõe dividir a trajetória da Geografia brasileira em três grandes períodos: a) o Colonial; b) o Imperial/Primeira República e c) o Moderno – este iniciado a partir dos anos 30.

No período Colonial “a contribuição foi dada pelos chamados cronistas coloniais que aí estiveram nos séculos XVI, XVII e XVIII, e que, por razões as mais

diversas, fizeram descrições da terra e da sua gente, influenciados, ao mesmo tempo, pelas imagens e comportamento daqueles com que conviviam e pelo imaginário europeu no mundo tropical". ANDRADE cita para este período, a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manoel e a obra de Antonil, do séc. XVIII em que este divide o país de acordo com as atividades econômicas das várias áreas povoadas.

No período Imperial / Primeira República, ANDRADE cita os naturalistas europeus que informaram sobre as populações e sistemas de exploração da terra. Cientistas e viajantes estrangeiros visitaram o Império colaborando com obras significativas, como ESCHWEGE (*Piuto Brasiliensis*), SAINT HILAIRE (várias obras), SPIX e MARTIUS (*Viagem pelo Brasil*), etc.¹ (ANDRADE, 1977, p. 18; 1982, p. 195, 1994, p. IV-V). Ainda no período Imperial a atuação de engenheiros na construção de portos e ferrovias, principalmente na economia cafeeira constrói uma base técnico-científica naturalista (ANDRADE, 1989, p. 49). A obra de EUCLIDES DA CUNHA, *Os Sertões e À Margem da História*, no limiar da República é significativa em trazer o mundo do sertão para o conhecimento das elites republicanas do Rio de Janeiro.²

Já na Primeira República, a contribuição de não-geógrafos como Joaquim Nabuco e o Barão de Rio Branco é significativa no encaminhamento de questões como a problemática agrário-escravista e de fronteiras com a Guiana Inglesa (Nabuco) e de problemas de fronteira com as Guianas Francesa e Inglesa e com a Argentina (Rio Branco) (ANDRADE, 1989, p. 49; 1994, p. V).

ANDRADE aponta ainda a contribuição de inúmeros não-geógrafos para o conhecimento do Brasil, neste período, como Capistrano de Abreu, tratando dos caminhos antigos do Brasil; Gilberto Freyre com "*Casa Grande e Senzala*"; Oliveira Vianna com "*Populações Meridionais do Brasil*"³. O nome mais representativo entre os não-geógrafos, mas que pode ser considerado o primeiro geógrafo brasileiro é do cientista político franco-brasileiro Delgado de Carvalho. Seus trabalhos, datados das duas primeiras décadas do séc. XX, "*Physiographia do Brasil*" e "*Le Brésil Méridional*" constituem ainda hoje fontes de consulta (ANDRADE, 1977, p. 8-19)⁴.

O período moderno – a Geografia emerge como ciência, no Brasil – Nos anos 30, com a emergência de novas forças políticas no Estado, chega ao fim o poder central da oligarquia paulista, produtora/exportadora de café. A partir desta década, com a ascensão do Estado como instrumento da intervenção na vida social, desenvolvem-se as forças da urbanização em interação com os setores agrários cafeeiros. Com o fortalecimento da centralização do poder, a Geografia moderna passa a servir ao Estado como instrumento da consciência nacional (GEIGER, 1988, p. 61).

Os cursos superiores de Geografia – No contexto de confronto entre a oligarquia paulista cafeeira e o Estado centralizador, os paulistas, em 1934, ao fundarem a Universidade de São Paulo, também criam o curso de Geografia-História. Para tanto, a vinda de franceses como Pierre Deffontaines e Pierre Mombeig, com sua concep-

ção positivista "neutra" da Geografia contribuíram em muito para a manutenção de uma concepção do mundo agrário cafeicultor, tendo em vista que a Geografia Lablanchiana influenciou fortemente a investigação dos "genres de vie" rurais.

Por outro lado, a Reforma Capanema na Educação (década de 30), ao criar as Faculdades de Filosofia, com cursos de Geografia-História, garantia para o Estado mais um espaço de controle da sociedade nacional. A formação de professores⁵ (e de professores de Geografia-História) era, evidentemente, uma necessidade reconhecida pelo Estado, tendo em vista a criação das FAFIS⁶, pois no ensino médio atuavam autodidatas, como médicos ensinando história natural ou engenheiros ensinando Geografia (GEIGER, 1988, p. 60-2).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Na centralização definitiva do Governo Vargas, no Estado Novo (1937), com o fim de ampliar o conhecimento do território nacional, cria-se o IBGE no Rio de Janeiro. Esta criação deu-se a partir da fundação do Conselho Nacional de Geografia, em 1937, fundação esta efetuada para aderir à União Geográfica Internacional, proposta por seu presidente, Emanuel De Martonne. O órgão a ser então fundado no Brasil poderia proceder no interior brasileiro o mesmo que os geógrafos das Sociedades Geográficas européias já haviam feito em outros continentes, (como na África desde o séc.XIX, quando das explorações e da partilha deste continente) isto é a prospecção do território para fins de exploração econômica (GEIGER, 1988, p. 62).

Assim, a orientação do IBGE passou a ser a de proceder a investigação dos recursos naturais para o Estado. Os serviços de Cartografia ficavam a cargo da Cartografia e Geodésia do CNG (Conselho Nacional de Geografia) juntamente com o Exército, Marinha e Aeronáutica, enquanto que a "prospecção do território" (levantamento dos recursos naturais) ficava a cargo da Geografia Física, coordenada pelo geomorfólogo francês Francis Ruellan. O IBGE, na parte dos recursos naturais contribuía com o Estado, com uma Geografia da Produção, mas não dos mercados (GEIGER, 1988, p. 63). Já durante a II Guerra, a política de industrialização do país necessitava da determinação de jazidas como as de ferro para a construção da Usina Volta Redonda, em acerto estratégico com o governo norte-americano.

No processo de centralização do Estado Novo (1937-1946), os geógrafos do IBGE ficaram a cargo de questões como a diminuição da área de alguns estados. Por outro lado, foram também os geógrafos do IBGE que deram o suporte técnico para a criação de territórios como o de Iguassu, entre Santa Catarina e Paraná, na fronteira com a Argentina e o Paraguai, bem como o território de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso. Ambos os territórios foram extintos por ocasião da Constituição de 1946, quando da redemocratização do país, no pós-guerra. (GEIGER, 1998, p.63-4; ANDRADE, 1989, p. 69)

Data igualmente deste período Estadonovista a primeira regionalização do país por Fábio Macedo Soares Guimarães. Esta primeira regionalização oficial do IBGE (houve várias outras desde 1843, iniciada por Carl Von Martius, passando por Elisée Reclus, Delgado de Carvalho e outros) inspirada na Geografia Francesa intro-

duzida por Delgado de Carvalho, utilizou-se de uma metodologia aparentemente híbrida. Deu-se grande ênfase aos caracteres permanentes da paisagem natural para a divisão do país em regiões naturais (GUIMARÃES, 1941) e aos resultados apresentados pelo trabalho dos homens na paisagem, nas regiões fisiográficas (CORREA, 1986, p. 27. GEIGER, 1988, p. 71). Esta regionalização serviu para o Estado Novo avançar politicamente contra as identidades regionais e locais – os regionalismos de caráter político –, buscando descaracterizá-las (GEIGER, 1988, p. 70-l).

A Associação dos Geógrafos Brasileiros – O caráter associativo que uniu os geógrafos na AGB dá-se no contexto do primeiro governo Vargas (1930-1946) e mesmo no segundo governo (1945-1954). Esta associação fundada, junto ao curso de Geografia e História da USP, pelos franceses Deffontaines e Mombeig com professores e alunos brasileiros como Caio Prado Jr., veio substituir o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade de Geografia. Estas entidades eram formadas basicamente por militares e engenheiros (GEIGER, 1988, p. 59-61). A difusão da AGB passou a dar-se junto às FAFIs em núcleos ativos no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, etc.

Uma das grandes lições da primeira fase da AGB foi a “prospecção” do território nacional através dos “lendários” trabalhos de campo pelas equipes divididas por turmas de investigação. Nesta primeira grande fase áurea, a contribuição dos geógrafos brasileiros foi significativa para uma formação de uma visão de Brasil e talvez de um nacionalismo.

A importância da AGB e suas excursões exploratórias para a formação de um nacionalismo evidencia-se, por exemplo, na trajetória da vida e obra de Orlando Valverde.⁷ Este geógrafo não seguiu a orientação monográfica positivista funcionalista “neutra”. Valverde, com Leo Waibel deu importância, por exemplo, aos “sistemas econômicos” na agricultura. O grupo em torno de Leo Waibel foi formado por basicamente Valverde, Walter Egler e o casal Bernardes, chamado de “Grupo da Economia Política” no IBGE. (GEIGER, 1988, p. 65-75). Valverde pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro, envolvendo-se na campanha “O Petróleo é Nosso”. Até os dias de hoje segue a mesma linha da defesa do patrimônio do território nacional como na CNDA – Campanha Nacional de Defesa da Amazônia. Em trabalhos de campo e em diversas publicações no IBGE, Valverde trabalhava com preocupações sobre as condições de vida do trabalhador rural, por exemplo. Da mesma forma Pedro Pinchas Geiger (um dos pioneiros da AGB) e Myriam Mesquita, no IBGE, no Grupo da Economia Política interessavam-se pelas classes rurais, sem que a palavra classe fosse empregada (GEIGER, 1994).

Nada diferente tem sido a obra de Manoel Correia de Andrade (também um dos pioneiros da AGB). Companheiro de Caio Prado Jr. assumiu com este um projeto que deveria abranger, em todas as regiões brasileiras, a condição de vida e de trabalho da população brasileira. Publicou neste projeto o clássico “A Terra e o Homem no Nordeste”, no auge dos debates sobre a reforma agrária, em 1963. Seus depoimentos nos “Espaço e Memória”, nos Encontros e Congressos Nacionais da AGB tem testemunhado tanto sua obra como a trajetória da Associação.

O período moderno recente: a transição para uma Geografia Pragmática – Nos anos 50/60, assiste-se, respectivamente, ao fim do populismo de Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O país encontra-se, então, em fase de industrialização de bens de produção, indústria metal-mecânica, automobilística, principalmente com a abertura do governo JK ao capital transnacional. O país passa a urbanizar-se rapidamente. Para isto contribuíram a construção de Brasília (em cujo projeto de escolha de localização o IBGE trabalhou): a construção da rodovia Belém-Brasília, articulando o norte ao centro/sudeste do país; a oferta de trabalho assalariado urbano; as migrações rurais-urbanas; a desarticulação da agricultura familiar camponesa (GEIGER, 1988, p. 72-3).

Em 1956, na reunião da União Geográfica Internacional, no Rio de Janeiro, foi significativa a atuação de Pierre George, Michel e Regina Rochefort, na vertente da Geografia Ativa francesa. Esta vertente da Geografia é de participação dos geógrafos junto aos problemas da sociedade industrial, mormente em países subdesenvolvidos. Nesta linha encontra-se igualmente a vertente da Geografia do Subdesenvolvimento de Lacoste (atualmente revista) e da Geopolítica. Assim, estimula-se, naquele momento, aos geógrafos brasileiros a uma certa renovação de cunho pragmático. Seguem-se os estudos de centralidade urbana, conurbação, metropolização, definição de critérios para delimitar áreas metropolitanas, organização interna das cidades como a localização industrial, descentralização das atividades terciárias e abastecimento urbano (ABREU, 1988, p. 23-6).

O fenômeno urbano-industrial já era uma realidade no país e a Geografia preparava-se para investigá-lo e a trabalhar numa Geografia mais pragmática. Esta seria a passagem para a incorporação do trabalho da Geografia e dos geógrafos junto ao Estado Militar a partir de 1964, em participações conjuntas, por exemplo, com os economistas do IPEA ou com os arquitetos urbanistas do CNDU.

A Geografia pragmática sob o Estado Militar – A Geografia passaria a ter uma dinâmica maior a partir do Governo Geisel, participando diretamente no sistema de planejamento federal. A escolha dos “pólos de desenvolvimento” para receber investimentos governamentais, bem como a questão das desigualdades regionais e sociais foram questões às quais os geógrafos pragmáticos dedicaram-se (GEIGER, 1988, p. 75-8).

A questão é complexa caso se queira avaliar a participação dos geógrafos junto aos Estados autoritários, como foi durante o Estado Novo de Vargas, bem como foi durante o Estado Militar. Talvez valesse questionar se a “mentalidade” dos geógrafos seria, via de regra, complacente com os Estados ditatoriais. Sabe-se, de antemão – para que se faça justiça – que esta não é uma regra válida para o conjunto dos geógrafos.

Os geógrafos, junto com os economistas, passaram a trabalhar noções de equidade social, mesmo que dentro dos pressupostos neoclássicos da economia espacial. Esta conduz a se concluir a priori que a justiça social se fará, financiando-se as “indústrias motrizes”. (SMOLKA, 1984; CARRION, s/n/t).

O lugar histórico da renovação política da sociedade brasileira e a abertura da Geografia para a sociedade civil – Com a grande crise internacional do fim da década de 70, e com a recessão e a dívida externa, os fatos apontam numa direção ines-

perada para economistas e geógrafos. Os fatos são a não resolução dos problemas da pobreza, habitação, saneamento básico, saúde e agricultura alimentar para grande número da população brasileira. Frente a estes fatos os economistas de inspiração neoclássica e os geógrafos quantitativos viram-se na obrigação de rever a validade de suas teses. Os problemas de equidade social, de “desequilíbrios regionais” e de descentralização econômica pelo território nacional não se resolveram.

Frente a estes fatos e agora, mais próximos da epistemologia e de várias correntes teóricas, vários geógrafos quantitativos teriam sido rapidamente “cooptados” pela Geografia Crítica (FAISSOL apud GEIGER, 1988, p. 76). Discordando da conotação que Faissol atribui ao termo cooptação, constata-se que, efetivamente, houve um rápido e amplo caminho de mudanças de paradigmas em geógrafos de renome internacional como David Harvey e William Bunge, por exemplo. Quem passou no país por esta mudança paradigmática é, por exemplo, o Prof. Roberto Lobato Correa. Trabalhando diretamente para o Estado, no IBGE, viu na Geografia Crítica uma alternativa para a crise social e para a crise paradigmática. Dois momentos significativos foram a mesa-redonda de Geografia Urbana por ele coordenada na AGB, Fortaleza, 1978 e sua participação na AGB, Rio, 1980.

De minha parte, no Rio, em 1980, com o Prof. Roberto Lobato Correa, levantei a questão da formulação formal do próprio conhecimento, uma vez que o mesmo via na Geografia Crítica a necessidade de voltar ao campo e de trabalhar junto à população. A questão da produção formal do conhecimento não se resolveu naquele momento, mas apontou-se um caminho de aproximação entre os geógrafos e a sociedade civil.

De novo a AGB – Na questão da AGB, vale lembrar que em 1970, em Presidente Prudente, a entidade passou a transformar-se no fórum que internalizou o debate político devido à repressão militar e à cassação dos partidos políticos. É conhecido o fato de que, não por acaso os Professores Manoel Seabra e Marcos Alegre foram interrogados pelo DOPS sobre quais as razões que teriam levado em torno de quinhentas pessoas a reunir-se num ENG, que era apenas o “I”!

A AGB a partir daí, culminando em 1978, passaria a ser o que uma ala de geógrafos passou a definir como “uma entidade política com fins científicos” (GEIGER, 1988, p. 68). Independentemente do mérito da questão, é fato que muitos geógrafos se retiraram da Associação, a partir daí, protestando inclusive pela baixa qualidade dos trabalhos apresentados. Alguns consideram-se inclusive “cassados” pela própria AGB. De minha parte pude testemunhar que, durante o 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, na USP, 1984, houve geógrafos que, mesmo muito mais jovens, passaram a condenar a Associação e a comparecer ao evento “apenas para rever amigos...”

Os professores de Geografia – As Universidades e Instituições isoladas, por sua vez, multiplicaram os cursos de Geografia no país, a ponto de haver hoje cifras que apontam para mais de duzentos cursos superiores. Embora aqui não se utilize de dados, sabe-se, genericamente, que as Licenciaturas no país não detém, via de re-

gra, corpos de docentes- pesquisadores, limitando-se aos tradicionais “repases” de conteúdos. Por outro lado, as Universidades de maior tradição e com significativa produção científica, tem contribuído para um distanciamento entre a investigação e os professores de 1º e 2º graus.

É inconteste que, com o processo de disseminação dos cursos de Licenciatura em Geografia no país, há, atualmente, milhares de egressos, Licenciados, no país. Estes docentes que trabalham com dois fundamentos da sociedade – o Estado e a população de educandos –, são em última instância, agentes de transformação. Esta é outra questão social e política que não pode ser mais, definitivamente, ignorada. Felizmente, a AGB já assimilou este fato há bastante tempo.

O resgate da cidadania por geógrafos e professores – Atualmente percebe-se que os geógrafos mesmo trabalhando para o Estado, o fazem com posturas políticas muito distintas entre si, assumindo o resgate de sua cidadania. Ainda, se tomarmos a AGB como um fórum que merece atenção, percebe-se que os temas com os quais os seus membros se envolvem vai dos “povos da floresta”, passa pelas “reforma urbana e agrária”, pela “questão ambiental” (resgatando a Geografia Física para um entendimento da sociedade) e vai até encontros específicos como o “Fala Professor”.

Percebe-se da mesma forma, que nas Universidades o corpo docente se caracteriza por uma multiplicidade de linhas de pensamento e de ação tanto pedagógica, como científica e política. Este grande conjunto heterogêneo (sem citar os docentes que ainda não aderiram à capacitação docente, e que em muitos casos compõe em bom número a “força da inércia”) pode ser entendido como uma “*unidade na diversidade (e na adversidade!)*”. Afinal, não se pode perder o sentido do próprio termo Universidade que aponta para a compreensão do Universo. Movimentos populares por habitação, terra agrícola, educação, saúde buscam apoio técnico científico em Universidades para reivindicar, com maior conhecimento de causa, junto ao Estado. Mas isto ainda é um quadro pálido frente aos “elefantes brancos” em que se constituíram muitas das universidades brasileiras, esclerosadas e patéticas frente à realidade que, muitas vezes, move-se muito mais rápida do que elas.

Parando por aqui... Para continuar acolá – O tema aqui proposto é amplo, como já se afirmou inicialmente, prestando-se a vários tipos de enfoques. Pretendeu-se caminhar na linha do processo histórico da questão, ressaltando-se, quando possível, as inter-relações entre Estado, ciência e sociedade. Buscou-se diversas interfaces da questão e as relações concretas que foram se estabelecendo ao longo do processo analisado. Cabem, no entanto, ainda algumas palavras.

A meu ver chegou a hora de avançar na investigação da história do pensamento geográfico por estas paragens do Brasil Meridional. No Rio Grande do Sul, além da contribuição dos viajantes e naturalistas, como Saint Hilaire, poder-se-ia investigar as contribuições dos militares e profissionais liberais (como os engenheiros) à Geografia, à formação do conhecimento sobre o território da província e do estado. O acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

parece conter respostas a estas indagações. Outra fase posterior que merece investigação são os escritos dos professores dos cursos de Geografia e História, a partir de 1942/43, na PUC e na UFRGS. Outra fonte que aguarda análise de sua obra, no seu conjunto ou em partes é o "Boletim de Geografia do Estado do Rio Grande do Sul", editado pela Secretaria da Agricultura. BRAY, por sua vez, tem enfatizado a necessidade de analisar-se sob o ângulo do funcionalismo a obra de JEAN ROCHE em sua enciclopédica tese "A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul".

Em boa hora a Editora da UNISINOS publicou, recentemente, a terceira edição da obra do Pe. BALDUINO RAMBO – "A Fisionomia do Rio Grande do Sul" –, cuja primeira edição é de 1956. O geógrafo NILO BERNARDES, por sua vez, doou em vida, recentemente, ao Rio Grande do Sul os originais de sua Tese de Cátedra para o Colégio D. Pedro II – "As Bases Geográficas do Povoamento do Rio Grande do Sul" – para uma segunda (e merecida) edição. Com anotações do próprio Bernardes sobre o significado epistemológico de sua obra naquele momento (1955) o texto original encontra-se no Rio Grande do Sul aguardando a reedição que resgate a obra do quase anonimato da forma como se encontra publicada no Boletim Geográfico do IBGE.

No sentido que aqui proponho que se elabore a história do pensamento geográfico no Rio Grande do Sul e o papel que a ciência veio desempenhando, o artigo de NEVES (1993) converge para esta proposta. Este artigo que toma as obras de RAMBO, BERNARDES e PEBAYLE procura analisar como os autores, "cada um a seu tempo, descreveram, viram e fizeram ver os seus espaços, os territórios de suas inquietações, os seus lugares, mesmo que temporários". Lamentavelmente a tese enciclopédica de Pebayle ainda encontra-se desconhecida do grande público no Brasil.

Felizmente, em boa hora SCHÄFFER e SUERTEGARAY (1994) resgataram o urbano no Boletim Gaúcho de Geografia. Publicado nos Anais do 1º Encontro Nacional de Geografia Urbana na USP, realizado em 1989. O artigo contribui no sentido de avaliar a produção dos geógrafos gaúchos sobre a cidade no Rio Grande do Sul.

Antes tarde do que nunca os geógrafos brasileiros começaram a avaliar sua caminhada (e o próprio sentido de seu trabalho) no âmbito da sociedade brasileira. Urge que façamos o mesmo no Rio Grande do Sul.

¹ No Rio Grande do Sul o conhecimento inicial do território provém principalmente da contribuição de militares, sacerdotes e de relatos de viagens de naturalistas, comerciantes europeus e diplomatas. São exemplos as obras de Arsene Isabelle, Nicolau Dreys, August de Saint Hilaire, Carlos Von Koseritz, Roberto Avé-Lallement, Ambrósio Schupp, etc. Todos trataram tanto da observação da natureza, da posição das terras e da massa de águas, das colônias de imigrantes europeus bem como das potencialidades econômicas da província (BARRETO, 1962, 48p)

² A obra de Euclides da Cunha vem sendo investigada no âmbito da Geografia por ANTONIO F^o (1989 e 1992) e BROMBERG (1994).

³ Sobre a obra de Oliveira Vianna ver SOUZA & BRAY (1993) e DINIS F^o (1994).

⁴ Sobre a obra de Delgado de Carvalho ver PEREIRA & ZUSMAN (1994); MACHADO & CARVALHO JR (1994); PENHA (1994) e DORFMANN & JESUS (1994).

⁵ SANTOS (1984) avaliou a obra de Aroldo de Azevedo analisando, no contexto histórico em que atuou o geógrafo e professor da USP (décadas de 30 a 60) o seu pensamento político, sua visão de ensino, a concepção positivista-funcionalista na obra científica e didática como a naturalização dos fenômenos humanos, a abordagem sintético-classificatória dos fatos geográficos e a utilização generalizada dos "princípios" geográficos.

⁶ No Rio Grande do Sul criam-se "os cursos de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia (1942) e na então Universidade de Porto Alegre (1943). Os dois cursos mudam o panorama científico da Geografia, mas curiosamente, não despertam nenhuma iniciativa de conagração dos estudiosos à semelhança do ocorrido em São Paulo, após a fundação do Curso de Geografia e História da USP (1934)" (COPSTEIN, 1984, p. 36-7). Aparentemente, a julgar por alguns trabalhos de caráter geográfico evidencia-se que a ciência geográfica difundida no RGS contém fortes ingredientes do determinismo naturalista de cunho positivista evolucionista. É lapidar a afirmação determinista de PRUNES acerca das relações entre o clima e o homem no estado quando relaciona a influência do meio na política. "*A dominação exercida por gente nossa encontra fundas raízes na vida pastoril. Sem o gado vacum e o cavalo que pastam nestas privilegiadas coxilhas, o Brasil não teria conhecido Pinheiro Machado e Getúlio Vargas (...)*" (PRUNES, 1960, p. 22). (O grifo é meu).

⁷ BRAY tem enfatizado a necessidade de analisar-se a obra do geógrafo nacionalista Orlando VALVERDE. Em boa hora Virgínia ETGES (UNISC) desenvolve pesquisa sobre o geógrafo inspirador de VALVERDE, Leo WAIBEL. Dentre os primeiros geógrafos franceses a fazer escola no Brasil, Pierre MOMBEIG com importante obra sobre o Brasil tem sido analisado do ponto de vista do método por BRAY (1983) e por ANDRADE (1994). Este último preparou a publicação sobre a vida e obra deste geógrafo francês, a sair na Coleção Grandes Cientistas Sociais da Ed. Ática

ABREU, Mauricio de. *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. contribuição à história do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. (mimeo).

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Informa*. São Paulo. Vários números.

..... *Em Debate*. São Paulo. Vários números.

..... *Notícias*. Porto Alegre. Vários números.

ANDRADE, Manoel C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, nº 54, p. 5-28, 1977.

..... O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982. p. 181-201.

..... *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas: Papyrus, 1989.

..... Pierre Mombeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 72, p. 63-82, 1994.

..... Trajetória e compromissos da Geografia Brasileira. In: *Velho Mundo – Novas Fronteiras*. Perspectivas da Geografia Brasileira. Curitiba: AGB, 5^o CBG, 1994.

ANTONIO F^o, Fadel D. & BRAY, Silvio C. À margem da Geografia: espaço, poder e nacionalidade em Euclides da Cunha. *Geografia*, Rio Claro, v.14, nº 27, p. 149-153, abr. 1989.

..... Geografia social de Canudos. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v.22, nº 43-44, p. 99-105, 1992.

BARRETO, Abeillard. *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1962.

BROMBERG, Patrícia. A Geografia moderna na obra de Euclides da Cunha. *Contribuições Científicas*. Resumos. Curitiba: AGB, 5^o CBG, 1994.

CARRION, Otilia K. *Considerações acerca dos modelos econômicos de localização intra-urbana. s/nf.*

- COPSTEIN, Raphael. Origem e evolução da AGB no Rio Grande do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, nº 12, p. 36-48. 1984.
- CORREA, Roberto L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- DINIS P, Luis L. Território e destino nacional: ideologias geográficas no estado Novo. *Contribuições Científicas*. Resumos. Curitiba: AGB, 5º CBG, 1994.
- DORFMAN, Adriana. Notas sobre Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia no Brasil. *Contribuições Científicas*. Resumos. Curitiba: AGB, 5º CBG, 1994.
- GEIGER, Pedro P. Industrialização e urbanização no Brasil. Conhecimento e atuação da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, nº 50, t.2, p. 59-84. 1988.
- _____. Um olhar sobre a Geografia no Brasil. Do Estado Novo à Nova República. *Velho Mundo – Novas Fronteiras*. Perspectivas da Geografia Brasileira. Curitiba: AGB, 5º CBG. 1994.
- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, p. 11-66, Abr./Jun. 1941.
- MACHADO, Mônica & CARVALHO Jr., Ronaldo P. Delgado de Carvalho no contexto pré-institucional da Geografia brasileira: uma análise do livro "Le Brésil Méridional". *Contribuições Científicas*. Resumos. Curitiba: AGB, 5º CBG, 1994.
- NEVES, Gervásio R. Os olhares sobre o Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 129, p. 101-130. 1993.
- PENHA, Eli A. Delgado de Carvalho: atividades no IBGE. *Contribuições Científicas*. Resumos. Curitiba: AGB, 5º CBG. 1994.
- PEREIRA, Sérgio N. & ZUSMAN, Perla B. Carlos Delgado de Carvalho entre a ciência e a política (um olhar na Geografia de Delgado de Carvalho). *Contribuições Científicas*. Resumos. Curitiba: AGB, 5º CBG, 1994.
- PRUNES, Lourenço M. *O clima e o homem no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FAFI-URGS. 1960.
- SANTOS, Wilson dos. *A obra de Aroldo de Azevedo. Uma avaliação*. Rio Claro: UNESP, 1984. (mimeo).
- SCHÄFFER, Neiva O. & SUERTEGARAY, Dirce M. O urbano no Boletim Gaúcho de Geografia In: *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano – 50 anos de Geografia Urbana brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOUZA, Rita C. & BRAY, Silvio C. Influências darwinistas sociais e o determinismo geográfico em Oliveira Vianna. *Revista da Geografia da UNESP*, São Paulo, nº 12, p. 87-94, 1993.
- SMOLKA, Martin O. O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas. *Estudos Econômicos*. v. 14, nº 3, p. 767-784. set/dez 1984.
- VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária brasileira*. Petrópolis: VOZES, 1985.

* Mestre em Geografia pela UNESP, Rio Claro (SP). Professor Assistente no Departamento de Geografia da UFRGS / Texto originalmente apresentado ao Concurso Público para Professor Assistente na área de Geografia Humana, no Departamento de Geografia da UFRGS, em janeiro de 1993, sob o título de "Geografia e Sociedade", revisto e ampliado para esta publicação.